

# Angola – Economia e cibersegurança

Além do investimento proporcional ao benefício esperado, as organizações devem definir e monitorizar indicadores que apoiem na identificação proactiva de novas tendências e alterações ao seu perfil de risco, por forma a terem a agilidade para agir em conformidade, e anteciparem novos possíveis vectores de ameaça.

**PEDRO MONZELO**



Senior Manager  
de Technology  
Consulting da KPMG

Ao longo dos anos, Angola tem surgido como uma das economias mais fortes do continente africano. No entanto, a volatilidade da sua economia é um dos principais desafios para o investimento na melhoria contínua das suas capacidades, serviços e infra-estrutura.

Com a recente desvalorização do Kwana, o poder de compra de bens e serviços fora de fronteiras nacionais foi severamente impactado, sendo esta situação agravada pelo desequilíbrio existente na balança comercial do país, que depende fortemente de importações.

Estudos realizados por entidades como a NCSI (National Cyber Security Index) e pela ITU (International Telecommunication Union) apontam Angola como estando numa posição bastante frágil no que toca ao seu índice de cibersegurança, encontrando-se na lista dos 15% países do mundo com índice mais baixo, e na lista dos 30% mais baixos em África.

Esta disparidade entre força económica e capacidades de cibersegurança torna o país mais exposto, levando consequentemente ao que pode ser interpretado como uma das causas para o grande aumento de ciberataques que se têm verificado no país, ataques estes que têm causado disrupção em entidades prestadoras de serviços críticos para a sociedade.

Cada vez se tem sentido mais a urgência por parte de reguladores, da necessidade de as entidades angolanas investirem e melhorarem as suas capacidades de cibersegurança e segurança da informação. Mas o desafio que se levanta é: como pode um país com escassez de capacidades e capital humano, com um regime regulamentar



cada vez mais exigente, e atravessando um período onde a capacidade financeira para a importação de serviços especializados se encontra mais limitada, alinhar a sua postura de cibersegurança com a sua posição económica?

Existem dois vectores que devem ser considerados quando se busca a resposta a esta questão: um deles é o papel que as organizações têm em melhorar a sua postura de cibersegurança, e o outro é a responsabilidade do governo em garantir a salvaguarda dos interesses nacionais.

Na perspectiva das organizações, a abordagem ao investimento tem que ser direccionada com base naquilo que é o seu perfil de risco. Ao invés de aplicar de forma transversal medidas exigentes e dispendiosas, que muitas vezes

trazem valor reduzido, os investimentos deverão ser priorizados com base numa análise de custo vs benefício, e terem em conta a criticidade dos activos e as principais ameaças a que estes se encontram expostos.

Além do investimento proporcional ao benefício esperado, as organizações devem definir e monitorizar indicadores que apoiem na identificação proactiva de novas tendências e alterações ao seu perfil de risco, por forma a terem a agilidade para agir em conformidade, e anteciparem novos possíveis vectores de ameaça.

Mais uma vez, considerando a actual escassez de capital humano existente em Angola, dificilmente as organizações conseguirão endereçar estas iniciativas sem o suporte de serviços especializados. O principal foco por parte das organizações não deverá limitar-se na optimização de investimentos seguindo esta abordagem baseada em risco, mas acima de tudo a garantia do acompanhamento e envolvimento dos recursos internos, por forma a aumentar a sua capacitação e tornar gradualmente a organização mais autónoma e independente.

## Disparidade entre força económica e capacidades de cibersegurança torna o país mais exposto

Na perspectiva do governo, é fundamental o reforço do espírito de missão para a salvaguarda dos interesses nacionais. Esta missão não deve ser limitada ao aumento da dimensão e complexidade daquilo que é o corpo legal e normativo a ser cumprido pelas organizações, mas sim na revisão e operacionalização de uma estratégia nacional de cibersegurança e no estabelecimento de entidades, estruturas e canais de comunicação que fomentem a cooperação e partilha de informação.

À semelhança daquilo que se verifica na Europa e Estados Unidos, o investimento por parte do governo no estabelecimento de entidades que tenham como missão o desenvolvimento de metodologias e frameworks

públicas para serem adoptadas pelas organizações, a consciencialização e desenvolvimento de ferramentas para responder a novas leis e tendências de cibersegurança, e a criação de canais para a comunicação e partilha de informação entre todo o mercado, não só apoia as organizações a melhorarem as suas capacidades, como fomenta a entajada e crescimento sustentado de todo o mercado.

Com a adopção destas estratégias, tanto por parte das organizações como do governo, os investimentos serão mais direccionados, e haverá uma base sustentada para a criação de um legado no mercado Angolano que permita, a longo prazo, o Estado, as organizações privadas e os próprios cidadãos conseguirem ter os seus indicadores de cibersegurança mais favoráveis, sem que as oscilações económicas comprometam a resiliência do país.

Os pontos de vista e opiniões aqui expressos são os meus e não representam nem reflectem necessariamente os pontos de vista e opiniões da KPMG Angola.

**Estudos apontam Angola como estando numa posição bastante frágil no que toca à cibersegurança**